STJ00100158

Dirley da Cunha Júnior

• Juiz Federal da Seção Judiciária da Bahia.
• Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. • Mestre em Direito Econômico pela UFBA.
• Pós-graduado em Direito pela Universidade Lusíada (Porto/Portugal) e pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia.
• Ex-Promotor de Justiça do Estado da Bahia (1992-1995). • Ex-Procurador da República (1995-1999).
• Professor Adjunto IV (concursado) de Direito Constitucional
e dos Cursos de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).
• Professor Adjunto II de Direito Constitucional dos Cursos de Graduação,
Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
• Professor-Visitante do Mestrado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
• Professor-Conferencista de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado da Bahia (EMAB),
da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia (FESMIP),
da Escola Judicial do TRT da 5ª Região (Bahia) e TRT da 19ª Região (Alagoas).
• Professor-Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado da Faculdade Baiana de Direito
e do Curso Juspodivm. Professor de Direito Constitucional e Administrativo dos Cursos Juspodivm.
Professor e Coordenador do Núcleo de Direito do Estado da Faculdade Baiana de Direito.
• Membro da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD).
• Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC).
• Presidente fundador do Instituto de Direito Constitucional da Bahia (IDCB).
• Autor de diversos artigos publicados em obras coletivas e revistas especializadas e dos livros:
- *"Curso de Direito Constitucional"* (Editora JusPodivm);
- *"Controle Judicial das Omissões do Poder Público"* (Editora Saraiva);
- *"Controle de Constitucionalidade"* (Editora Juspodivm);
- *"Direito Penal-parte geral"* (Editora JusPodivm);
- *"Curso de Direito Administrativo"* (Editora JusPodivm);
- *"EC 45/2004: Comentários à Reforma do Poder Judiciário"*, em co-autoria com Carlos Rátis (Editora JusPodivm);
- *"Constituição Federal para Concursos (CF)"*, em co-autoria com Marcelo Novelino (Editora JusPodivm) e
- *"Direito Constitucional - Coleção OAB. v.1"* (Editora JusPodivm).

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

9ª edição

Revista, ampliada
e atualizada.

2015

www.editorajuspodivm.com.br

STJ00100158

EDITORA JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim *(www.buenojardim.com.br)*

Diagramação: Maitê Coelho *(maitescoelho@yahoo.com.br)*

Revisão: Bárbara Cristina Mercês dos Santos

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *Jus*PODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00100158

SUMÁRIO

Nota à nona edição 25
Apresentação 27

Capítulo I
CONSTITUCIONALISMO 29
1. Origem e conceito 29
2. Desenvolvimento 30
   2.1. Constitucionalismo antigo 30
   2.2. Constitucionalismo medieval 31
   2.3. Constitucionalismo moderno 31
3. Neoconstitucionalismo 34
   3.1. Patriotismo Constitucional 37
   3.2. Transconstitucionalismo 38

Capítulo II
DIREITO CONSTITUCIONAL 41
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional 41
2. Objeto do Direito Constitucional 44
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional 44
   3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular 44
   3.2. Direito Constitucional Comparado 44
   3.3. Direito Constitucional Geral 45
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito 46
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não-jurídico 58
6. Fontes do Direito Constitucional 59

Capítulo III
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 61
1. Considerações acerca do vocábulo "Constituição" 61
2. As principais teorias da Constituição 62
   2.1. A Constituição como "garantia do *status quo* econômico e social" (Ernst Forsthoff) 63
   2.2. A Constituição como um "instrumento de Governo" (W. Hennis) 64
   2.3. A Constituição como "processo público" (Peter Häberle) 64
   2.4. A Constituição como "conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização" (R. Bäumlin) 64
   2.5. A Constituição como "programa de integração e de representação nacional" (H. Krüger) 65
   2.6. A Constituição como "ordem jurídica do processo de integração estatal" (Rudolf Smend) 65
   2.7. A Constituição como "ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade" (Konrad Hesse) 66
   2.8. A Constituição como "legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito" (G. Burdeau) 66
   2.9. A Constituição como "fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes" (C. Mortati) 67

STJ00100158

2.10. A Constituição como "norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa" (F. Modugno) 67
2.11. A Constituição como "totalidade, normalidade e normatividade" (H. Heller) 68
3. Origem e conceito de Constituição 68
3.1. Origem 68
3.2. Conceito 69
4. Concepções sobre a Constituição 70
4.1. A concepção sociológica 70
4.2. A concepção política 72
4.3. A concepção jurídica 75
4.4. A concepção cultural (conexão das concepções anteriores) 81
5. Supremacia da Constituição 93
6. A unidade normativa da Constituição 99
7. Objeto e conteúdo das Constituições 99
8. Classificação das Constituições 100
8.1. Quanto ao conteúdo: *Material* e *Formal* 101
8.2. Quanto à forma: *Escrita* e *Não-Escrita* 102
8.3. Quanto à origem: *Democrática* e *Outorgada* 102
8.4. Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: *Imutável, Fixa, Rígida, Flexível* e *Semi-rígida* ou *Semiflexível* 103
8.5. Quanto à extensão: *Sintética* e *Analítica* 105
8.6. Quanto à finalidade: *Garantia* e *Dirigente* 106
8.7. Quanto ao modo de elaboração: *Dogmática* e *Histórica* 107
8.8. Quanto à ideologia: *Ortodoxa* e *Eclética* 107
8.9. Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): *Normativa, Nominal* e *Semântica* 107
8.10. Classificação da Constituição brasileira de 1988 108
9. Estrutura das Constituições 108
10. Elementos das Constituições 109
11. A Constituição Dirigente 110
12. A Constituição brasileira de 1988 119

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL 121
1. A constituição como um sistema aberto de normas 121
2. A norma constitucional: conceito e natureza 122
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional 124
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A "normatividade" dos princípios 126
4.1. A distinção entre regras e princípios em ROBERT ALEXY 131
5. A eficácia jurídica da norma constitucional 133
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais 133
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias 135
5.3. Normas constitucionais *self-executing* e *not self-executing* 136
5.4. A classificação da doutrina italiana 137
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira 139
5.6. A classificação de José Afonso da Silva 139
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Brito 143
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz 145
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal 146
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas 148
5.11. Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima 152
5.12. Derrotabilidade das Normas Jurídicas 154
6. Os princípios constitucionais 155

STJ00100158

6.1. Tipologia de princípios constitucionais ... 157
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais ... 158
6.3. Hierarquia de princípios ... 160

Capítulo V
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL ... 163
1. Hermenêutica e interpretação jurídica ... 163
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional ... 166
3. As correntes interpretativistas e não-interpretativistas no direito norte-americano ... 168
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito ... 169
4. Métodos de interpretação constitucional ... 179
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico ... 180
4.2. Método tópico-problemático ... 181
4.3. Método hermenêutico-concretizador ... 182
4.4. Método científico-espiritual ... 183
4.5. Método normativo-estruturante ... 183
5. Princípios de interpretação constitucional ... 183
5.1. Princípio da unidade da Constituição ... 184
5.2. Princípio do efeito integrador ... 185
5.3. Princípio da máxima efetividade ... 186
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional ... 186
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização ... 187
5.6. Princípio da força normativa da Constituição ... 188
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade ... 188
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis ... 190
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição ... 191
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle ... 192

Capítulo VI
PODER CONSTITUINTE ... 193
1. Considerações preliminares ... 193
2. Conceito ... 194
3. O Poder Constituinte e o pensamento de SIEYÈS ... 195
4. Natureza ... 196
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte ... 198
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado ... 200
7. Poder Constituinte Originário ... 201
7.1. Conceito ... 201
7.2. Características ... 201
7.3. Formas de manifestação ... 203
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal ... 203
8. Poder Constituinte Derivado ... 204
8.1. Conceito ... 204
8.2. Características ... 204
8.3. Espécies ... 204
8.4. Poder Constituinte Reformador ... 205
8.4.1. Conceito ... 205
8.4.2. Limitações ... 205
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional ... 209
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional ... 211

STJ00100158

8.5. Poder Constituinte Decorrente 211
9. Mutação constitucional 213
10. Direito Constitucional intertemporal 214
10.1. Princípio da Recepção 214
10.2. Repristinação 215
10.3. Desconstitucionalização 215

Capítulo VII
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 217
1. Considerações iniciais 218
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade 218
2.1. Conceito 218
2.2. Pressupostos 219
2.2.1. A Constituição formal 219
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema 220
2.2.3. A previsão de um órgão competente 221
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade 221
3.1. O sistema "americano" da *judicial review of legislation* ou "difuso" de controle de constitucionalidade e o *leading case William Marbury v. James Madison* 223
3.2. O sistema "austríaco" ou "concentrado" de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen 232
.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008 239
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional 240
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional 241
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional 242
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França 242
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC) 243
3.3.4. Considerações finais 245
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil 246
3.4.1. A Constituição de 1824 246
3.4.2. A Constituição de 1891 247
3.4.3. A Constituição de 1934 248
3.4.4. A Constituição de 1937 249
3.4.5. A Constituição de 1946 249
3.4.6. A Constituição de 1967/69 250
3.4.7. A Constituição de 1988 250
4. Modelos de controle de constitucionalidade 252
4.1. Quanto ao parâmetro do controle 252
4.2. Quanto ao objeto do controle 253
4.3. Quanto ao momento da realização do controle 253
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle 254
4.5 Quanto ao número de órgãos com competência para o controle 256
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle 257
4.7 Quanto à finalidade do controle 258
5. Controle difuso de constitucionalidade 258
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional 258
5.2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade 260
5.3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade 261
5.4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade 262
5.5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade 265

STJ00100158

5.6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade 267
5.7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal 269
6. Controle concentrado de constitucionalidade 278
6.1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional 278
6.2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade 279
6.3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: As Ações Diretas 285
7. Ação Direta de Inconstitucionalidade 288
7.1. Origem, conceito e finalidade 288
7.2. Legitimidade *ad causam* 288
7.3. Competência 294
7.4. Parâmetro e objeto 297
7.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 307
7.6. Decisão e efeitos 309
8. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 318
8.1. Origem e generalidades 318
8.2. Natureza, finalidade e procedimento 319
8.2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão 321
8.3. Legitimidade *ad causam* e competência 322
8.4. Parâmetro e objeto 323
8.4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características 323
8.4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional 326
8.4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades 326
8.4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial 327
8.4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material 331
8.4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa 331
8.4.4. As omissões controláveis 331
8.4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado 333
8.5. Decisão e seus efeitos 335
8.6. Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção 341
9. Ação Direta De Inconstitucionalidade Interventiva (representação interventiva) 343
9.1. Origem, conceito e finalidade 343
9.2. Legitimidade *ad causam* 345
9.3. Competência 346
9.4. Parâmetro e objeto 346
9.5. Procedimento. A lei nº 12.562/2011 348
9.6. Da medida liminar 349
9.7. Decisão e efeitos 350
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade 351
10.1. Origem, conceito e finalidade 351
10.2. Legitimidade *ad causam* 352
10.3. Competência 352
10.4. Parâmetro e objeto 353
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 353
10.6. Decisão e efeitos 354
11. ArgUição de Descumprimento de Preceito Fundamental 355
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto 355
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais 360
11.3. Conceito de "descumprimento" na argüição 364
11.4. Modalidades da argüição de descumprimento 365

STJ00100158

11.5. Argüição direta ou autônoma 367
11.5.1. Legitimidade *ad causam* 367
11.5.2. Competência 371
11.5.3. Procedimento. A Lei 9.882/99 372
11.5.4. Medida liminar 374
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis 375
11.5.5.1. Atos normativos 376
11.5.5.2. Atos não normativos 377
11.5.5.3. Atos municipais 378
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição 379
11.5.5.5. Atos políticos 380
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais 382
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo 384
11.5.6. Decisão e seus efeitos 385
11.6. Argüição incidental 389
11.6.1. Legitimidade *ad causam* 392
11.6.2. Objeto 394
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante 394
11.7. O caráter subsidiário da argüição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99 396
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros 402
12.1. Considerações gerais 402
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados 402
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados 405

Capítulo VIII
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 411
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro 411
2. A Constituição de 1824 412
3. A Constituição de 1891 413
3.1. A instalação da Primeira República 413
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891 414
4. A Constituição de 1934 415
4.1. A Revolução de 1930 415
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934 416
5. A Constituição de 1937 417
5.1. O Estado Novo 417
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937 418
6. A Constituição de 1946 418
7. A Constituição de 1967 419
7.1. A Revolução de 1964 419
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967 420
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69) 421
9. A Constituição de 1988 421
9.1. Antecedentes 421
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988 422

Capítulo IX
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 425
1. Considerações iniciais 425
2. Princípio Federativo 425
3. Princípio Republicano 428
4. Princípio do Estado Democrático de Direito 430

STJ00100158

5. Princípio da Soberania Popular ... 431
6. Princípio da Separação de Poderes ... 431
6.1. O Poder político e as funções estatais ... 431
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais ... 433
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras ... 438
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes ... 439
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro ... 442
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro ... 443
9. Princípios regentes das relações internacionais ... 444

Capítulo X
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ... 447
1. Considerações iniciais ... 447
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais ... 448
3. A teoria dos quatro status de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais ... 455
3.1. Função de defesa ou de liberdade ... 458
3.2. Função de prestação ... 459
3.3. Função de proteção perante terceiros ... 461
3.4. Função de não discriminação ... 461
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais ... 461
4.1. Considerações iniciais ... 461
4.2. As Declarações de Direitos ... 467
4.2.1. A Magna Carta ... 469
4.2.2. A *Petition of Rights* ... 470
4.2.3. O *Habeas Corpus Act* ... 471
4.2.4. O *Bill of Rights* ... 472
4.2.5. O *Act of Settlement* ... 472
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia ... 473
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ... 475
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem ... 479
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão ... 484
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos ... 487
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais ... 488
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade ... 494
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direita e os direitos relacionados à biotecnologia ... 495
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz ... 495
4.4. Considerações finais ... 496
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais ... 496
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado ... 499
7. Características dos direitos fundamentais ... 502
8. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais ... 508
9. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou "eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas" ou "eficácia privada dos direitos fundamentais" ou "eficácia externa dos direitos fundamentais") ... 512
10. Os direitos fundamentais e suas garantias ... 514

STJ00100158

Capítulo XI
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 517
1. Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 517
2. Os destinatários dos direitos fundamentais 518
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. Significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988 519
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. O significado e alcance da cláusula de "abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais" do art. 5º, § 2º e o novo § 3º 528
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 541

Capítulo XII
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS 549
1. Considerações iniciais 549
2. Direito à vida 549
3. Direito à igualdade 550
4. Direito à liberdade 555
   4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade 555
   4.2. Liberdade de locomoção 556
   4.3. Liberdade de opinião ou pensamento 557
   4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação 558
   4.5. Liberdade de informação 559
      4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística 562
   4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência 566
   4.7. Liberdade de reunião 568
   4.8. Liberdade de associação 569
   4.9. Liberdade de opção profissional 570
5. Direito à privacidade 572
   5.1. Direito à intimidade 572
   5.2. Direito à vida privada 573
   5.3. Direito à honra 573
   5.4. Direito à imagem 574
   5.5. Direito à inviolabilidade da casa 574
   5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas 576
6. Direito de propriedade 581
   6.1. Propriedade intelectual 582
   6.2. Direito de herança 583
7. Direito de petição 583
8. Direito de certidão 584
9. Direito de acesso à justiça 584
10. Direito à segurança jurídica 585
   10.1. Garantia do direito adquirido 586
   10.2. Garantia do ato jurídico perfeito 587
   10.3. Garantia da coisa julgada 587
11. Direito à garantia do devido processo legal 588
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa 589
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal 590

STJ00100158

Capítulo XIII
DOS DIREITOS SOCIAIS ... 603
1. Considerações iniciais ... 603
2. Direitos sociais do trabalhador ... 605
3. Direitos sociais da seguridade social ... 610
   3.1. Direito à saúde ... 611
   3.2. Direito à previdência social ... 613
   3.3. Direito à assistência social ... 613
4. Direitos sociais à educação e à cultura ... 613
   4.1. Direito à educação ... 613
   4.2. Direito à cultura ... 617
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ... 617
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso ... 618
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível ... 620

Capítulo XIV
DO DIREITO DE NACIONALIDADE ... 627
1. Considerações iniciais ... 627
2. Conceito de nacionalidade ... 627
3. Espécies de nacionalidade ... 627
4. Modos de aquisição da nacionalidade ... 628
5. O polipátrida e o apátrida (heimatlos) ... 628
6. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988 ... 629
   6.1. Os brasileiros natos ... 629
   6.2. Os brasileiros naturalizados ... 633
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados ... 636
8. Perda da nacionalidade brasileira ... 637
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira ... 638
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil ... 639

Capítulo XV
DOS DIREITOS POLÍTICOS ... 641
1. Considerações iniciais ... 641
2. Modalidades de direitos políticos ... 641
3. Direitos políticos positivos ... 641
   3.1. Direitos políticos ativos ... 641
   3.2. Direitos políticos passivos ... 642
4. Direitos políticos negativos ... 644
   4.1. Inelegibilidades ... 644
      4.1.1. Inelegibilidades absolutas ... 645
      4.1.2. Inelegibilidades relativas ... 645
   4.2. Perda e suspensão de direitos políticos ... 648
5. Dos partidos políticos ... 651
   5.1. Conceito ... 651
   5.2. Liberdade partidária ... 651
   5.3. Autonomia partidária ... 652
   5.4. Direitos dos partidos políticos ... 652

Capítulo XVI
DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS ... 655
1. Considerações gerais ... 655
2. *Habeas corpus* ... 655
   2.1. Escorço histórico da origem do instituto ... 655

STJ00100158

2.2. Natureza Jurídica ... 657
2.3. Espécies ... 657
2.4. Legitimidade *ad causam* ... 657
2.4.1. Legitimidade ativa ... 657
2.4.2. Legitimidade passiva ... 658
2.5. Hipóteses de cabimento ... 659
2.6. Competência ... 660
2.7. Procedimento ... 662
3. Mandado de segurança ... 662
3.1. Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto ... 662
3.2. Natureza Jurídica ... 664
3.3. Espécies ... 664
3.4. Legitimidade *ad causam* ... 664
3.4.1. Legitimidade ativa ... 664
3.4.2. Legitimidade passiva ... 665
3.5. Cabimento ... 666
3.6. Objeto da impetração ... 667
3.7. Competência ... 669
3.8. Procedimento ... 670
3.9. Da Medida Liminar ... 671
3.10. Da Sentença ... 672
3.11. Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença ... 672
3.12. Do Mandado de Segurança Coletivo ... 673
3.13. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ... 673
4. Mandado de injunção ... 675
4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto ... 675
4.2. Objeto ... 681
4.3. Legitimidade ativa ... 682
4.4. Legitimidade passiva ... 682
4.5. Competência ... 684
4.6. Decisão e seus efeitos ... 685
5. *Habeas data* ... 696
6. Ação popular ... 699
6.1. Considerações gerais ... 699
6.2. Requisitos específicos da ação ... 700
6.3. Finalidade da ação ... 700
6.4. Objeto da ação popular ... 701
6.5. Legitimidade *ad causam* ... 702
6.5.1. Legitimidade ativa ... 702
6.5.2. Legitimidade passiva ... 702
6.6. Competência ... 703
6.7. Liminar, sentença e coisa julgada ... 703
7. Ação civil pública ... 704

Capítulo XVII
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO ... 711
1. O Princípio Federativo e o Estado Federal ... 711
1.1. Estado Federal e Estado Unitário ... 712
1.2. Estado Federal e Estado Regional ... 712
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados ... 712
1.4. Características comuns do Estado Federal ... 712
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo ... 715
2. O Federalismo Brasileiro ... 715
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro ... 715

STJ00100158

2.2. A Organização Política do Estado brasileiro ... 716
3. A repartição de competência ... 716
3.1. O princípio da predominância do interesse ... 717
3.2. Técnicas de repartição de competência ... 717
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988 ... 717
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas ... 718
4.2. A repartição vertical de competência ... 718
5. Competências e sua classificação ... 719
5.1. Competência legislativa ... 719
5.2. Competência não legislativa ou material ... 719
5.3. Outras competências ... 719
6. A União ... 720
6.1. A posição da União na Federação ... 720
6.2. Brasília: sede do governo da União ... 720
6.3. Bens da União ... 721
6.4. Competência material da União ... 722
6.4.1. Competência material exclusiva da União ... 723
6.4.2. Competência material comum da União ... 724
6.5. Competência legislativa da União ... 726
6.5.1. Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados ... 726
6.5.2. Competência legislativa concorrente da União ... 730
7. Os Estados federados ... 732
7.1. A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembléias Legislativas ... 732
7.2. Competência material (privativa e comum) ... 733
7.3. Competência legislativa (privativa e concorrente). A competência suplementar ... 734
7.4. Bens dos Estados ... 735
8. O Distrito Federal ... 735
8.1. A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências ... 735
9. Os Municípios ... 736
9.1. O Município nas Constituições anteriores ... 737
9.1.1. O Município na Constituição do Império ... 737
9.1.2. O Município na Constituição de 1891 ... 738
9.1.3. O Município na Constituição de 1934 ... 738
9.1.4. O Município na Constituição de 1937 ... 738
9.1.5. O Município na Constituição de 1946 ... 739
9.1.6. O Município na Constituição de 1967 ... 739
9.2. As competências do Município na Constituição Federal de 1988 ... 740
9.2.1. A competência legislativa ... 743
9.2.2. A competência material ... 744
10. Os Territórios Federais ... 746
10.1. Natureza ... 746
10.2. Organização ... 746
11. Intervenção ... 747
11.1. Conceito ... 747
11.2. Intervenção Federal ... 747
11.3. Intervenção Estadual ... 750
11.4. Formalidades comuns ... 751
12. A Administração Pública ... 751
12.1. Conceito ... 751
12.2. Organização ... 753
12.2.1. Administração direta ... 754
12.2.2. Administração indireta ... 755

STJ00100158

12.3. Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública 756
12.3.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado 758
12.3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público 760
12.3.3. Princípio da Legalidade 760
12.3.4. Princípio da Impessoalidade 761
12.3.5. Princípio da Moralidade 761
12.3.6. Princípio da Publicidade 763
12.3.7. Princípio da Eficiência 765
12.3.8. Princípio da Finalidade Pública 766
12.3.9. Princípio da Presunção de Legitimidade 767
12.3.10. Princípio da Autotutela 767
12.3.11. Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos 768
12.3.12. Princípio da Motivação 769
12.3.13. Princípio da Responsabilidade do Estado 770
12.3.14. Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas 771
12.3.15. Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos 772
12.3.16. Princípio da obrigatoriedade da licitação 775
12.4. Dos Servidores Públicos 776
12.4.1. Agentes Públicos 776
12.4.2. Espécies de Agentes Públicos 777
12.4.2.1. Agentes políticos 777
12.4.2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado 777
12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado 785
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve 786
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor 788
12.4.5. Estabilidade do servidor 797
12.4.6. Previdência do servidor 799
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios 803
12.6. Das Regiões 805

Capítulo XVIII
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 807
1. As funções do Estado e a separação de Poderes 807
2. Do Poder Legislativo 810
2.1. Órgãos do Poder Legislativo 810
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N. 810
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: As Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição 813
2.1.3 Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: As Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição 814
2.2. Organização interna do Poder Legislativo 818
2.2.1. A Mesa Diretora 819
2.2.2. As Comissões Parlamentares 819
2.2.2.1. Comissões Permanentes 820
2.2.2.2. Comissões Temporárias 820
2.2.2.3. Comissões Mistas 821
2.2.2.4. Comissões de Inquérito 821
2.2.2.5. Representativa 829
2.2.3 A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos 829
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo 829

STJ00100158

2.3.1. A Legislatura ... 829
2.3.2. As Sessões legislativas ... 830
2.3.2.1. Ordinária ... 830
2.3.2.2. Extraordinária ... 830
2.3.3. As Sessões ... 831
2.3.3.1. Ordinárias ... 831
2.3.3.2. Extraordinárias ... 831
2.3.4. As Sessões preparatórias ... 831
2.4. As atribuições do Congresso Nacional ... 832
2.4.1. Competências Legislativas do Congresso Nacional ... 832
2.4.2. Competências Políticas do Congresso Nacional ... 834
2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51) ... 840
2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52) ... 841
2.7. *Quórum* para deliberações (art. 47) ... 842
2.8. O Processo Legislativo ... 843
2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos ... 843
2.8.2. Atos do processo legislativo ... 850
2.8.2.1. Iniciativa legislativa ... 850
2.8.2.2. Emendas parlamentares ... 852
2.8.2.3. Votação ... 854
2.8.2.4. Sanção e veto ... 855
2.8.2.5. Promulgação e publicação ... 856
2.9. Procedimentos legislativos ... 857
2.9.1. Procedimento legislativo ordinário ... 857
2.9.2. Procedimento legislativo sumário ... 858
2.9.3. Procedimentos legislativos especiais ... 858
2.10. Dos Deputados e dos Senadores ... 858
2.10.1. Prerrogativas ... 859
2.10.1.1. As imunidades ... 859
2.10.1.2. O privilégio de foro por prerrogativa da função ... 861
2.10.1.3. Isenção do serviço militar ... 864
2.10.1.4. Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção ... 864
2.10.2. Incompatibilidades ... 864
2.10.3. Perda do mandato ... 864
2.10.3.1. Cassação ... 865
2.10.3.2. Extinção ... 865
2.11. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas ... 868
2.11.1. Dos Tribunais de Contas ... 873
2.11.1.1. Do Tribunal de Conta da União ... 873
2.11.1.2. Do Tribunal de Conta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ... 874
3. Do Poder Executivo ... 874
3.1. Sistemas de governo ... 875
3.1.1. Parlamentarismo ... 875
3.1.2. Presidencialismo ... 877
3.2. O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República ... 878
3.3. Eleição do Presidente da República ... 879
3.4. Substituição e sucessão do Presidente da República ... 880
3.5. Atribuições do Presidente da República ... 882
3.6. Responsabilidade do Presidente da República ... 884
3.7. Prerrogativas do Presidente da República ... 887
3.8. Auxiliares do Presidente da República ... 888
3.9. Órgãos de Consulta do Presidente da República ... 889
3.9.1. Conselho da República ... 889

STJ00100158

3.9.2. Conselho de Defesa Nacional 890
4. Do Poder Judiciário 891
4.1. A função jurisdicional do Estado 891
4.2. Órgãos do Poder Judiciário 892
4.3. O Estatuto da Magistratura 893
4.4. As Garantias do Poder Judiciário 900
4.4.1. Garantias funcionais do Poder Judiciário 900
4.4.2. Garantias institucionais do Poder Judiciário 902
4.5. Quinto Constitucional 904
4.6. Regime Constitucional dos Precatórios 905
4.7. Do Supremo Tribunal Federal 915
4.8. Do Conselho Nacional de Justiça 931
4.9. Do Superior Tribunal de Justiça 936
4.10. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais 938
4.11. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho 943
4.12. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais 955
4.13. Dos Tribunais e Juízes Militares 956
4.14. Dos Tribunais e Juízes dos Estados 958
4.15. Dos Juizados Especiais 959
5. Das funções essenciais à Justiça 960
5.1. Do Ministério Público 960
5.1.1. Histórico 960
5.1.2. O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988 961
5.1.3. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 962
5.1.4. Princípios institucionais 964
5.1.4.1. Unidade 964
5.1.4.2. Indivisibilidade 964
5.1.4.3. Independência funcional 965
5.1.5. Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público 965
5.1.6. Funções institucionais 965
5.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público 966
5.1.8. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas 968
5.2. Da Advocacia Pública 969
5.3. Da Advocacia 971
5.4. Da Defensoria Pública 973

Capítulo XIX
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 981
1. Considerações gerais 981
2. Do Sistema Constitucional das Crises e dos Estados de Exceção 981
2.1. Do Estado de Defesa 982
2.2. Do Estado de Sítio 983
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio 985
3. Das Forças Armadas 985
4. Da Segurança Pública 988

Capítulo XX
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO 991
1. Do Sistema Tributário Nacional 991
1.1. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota 991
1.2. A competência tributária 999
1.2.1. Técnicas de repartição da competência tributária 999

STJ00100158

1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária 1000
1.3. Classificação dos Tributos 1000
1.4. O imposto 1003
1.4.1. Impostos reais e pessoas 1003
1.4.2. Impostos diretos e indiretos 1004
1.4.3. Impostos em espécies 1004
1.4.3.1. Impostos da União 1005
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal 1006
1.4.3.3. Impostos dos Municípios 1008
1.5. A taxa 1009
1.5.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado 1010
1.5.2. A taxa e o preço (tarifa) 1011
1.6. A Contribuição de Melhoria 1012
1.7. Os Empréstimos Compulsórios 1013
1.8. As Contribuições sociais 1015
1.8.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico 1016
1.8.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas 1017
1.8.3. As contribuições sociais da seguridade social 1017
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar 1018
1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária 1018
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária 1020
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva 1020
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária 1021
1.9.5. Princípio da Anterioridade 1022
1.9.6. O Princípio da Não-Cumulatividade 1024
1.9.7. Princípio da Seletividade 1025
1.9.8. Princípio da vedação do confisco 1026
1.9.9. Princípio da Imunidade recíproca 1026
1.9.10. As imunidades dos templos de qualquer culto 1027
1.9.11. As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos 1028
1.9.12. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão 1028
1.9.13. As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham ... 1030
1.9.14. Outras limitações 1030
1.10. Da repartição das receitas tributárias 1030
2. Das Finanças Públicas 1034
2.1. Considerações gerais 1034
2.2. Dos Orçamentos 1036

Capítulo XXI
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 1041
1. Conceito de Ordem 1041
2. Ordem Econômica 1041
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica 1042
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras 1044
2.3. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988 1045
2.4. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável 1049

STJ00100158

2.5. Da Política Urbana 1053
2.5.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana 1055
2.6. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária 1056
2.6.1. Desapropriação para fins de reforma agrária 1057
3. Do Sistema Financeiro Nacional 1061

Capítulo XXII
DA ORDEM SOCIAL 1063
1. Considerações gerais 1063
2. Objetivos 1063
3. Da seguridade social 1063
3.1. Saúde 1065
3.2. Previdência social 1067
3.3. Assistência social 1070
4. Da Educação, da Cultura e do Desporto 1071
5. Da Ciência e Tecnologia 1075
6. Da Comunicação Social 1075
7. Do Meio Ambiente 1077
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso 1088
9. Dos índios 1093

Bibliografia 1095